



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS: TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ENSINO
DISCIPLINA: REDAÇÃO ACADÊMICA

TAMIRES SANTOS TEIXEIRA

**PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA
MODALIDADE ESCRITA PARA ALUNOS SURDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Aracaju-SE
2018

TAMIRES SANTOS TEIXEIRA

**PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS DE
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA MODALIDADE
ESCRITA PARA ALUNOS SURDOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão –
NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE,
como requisito para a obtenção do título de Especialista
em Libras: Tradução, Interpretação e Ensino**

Marlene Santos Cardoso
Nome completo do Avaliador

Mônica Soares
Nome completo do Coordenador de Curso

Tamires Santos Teixeira
Nome completo do Aluno

Aprovado (a) com média:

Aracaju (SE), 20 de abril de 2018.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: primeira língua dos alunos surdos.....	08
3 A LÍNGUA PORTUGUESA: segunda língua dos alunos surdos	11
3.1 Decreto Federal nº 5.625 e o Direito à Aprendizagem Bilíngue	12
3.2 Surdos: aprendendo a escrever a Língua Portuguesa	13
3.2.1 O Processo da Escrita	14
4 ENSINANDO OS SURDOS A ESCREVER A LÍNGUA PORTUGUESA.....	18
4.1 Procedimentos e Estratégias Didáticas	18
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	18
6 CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS	23

RESUMO

A possibilidade da aprendizagem da escrita dos alunos surdos através de estratégias didáticas é o argumento deste artigo. Iniciando as reflexões no que diz respeito aos desafios e o que representa para o surdo a alfabetização em uma outra língua, a língua de sinais. Sabe-se que, quando um surdo escreve, ele precisa organizar-se de um modo absolutamente diferente do qual está habituado em sua língua materna, pois precisará lidar com elementos que não fazem sentido para ele, como é o caso da própria estrutura frasal do português. A alfabetização dos surdos é possível, mas há um longo e difícil caminho a percorrer, pois uma vez alfabetizado começarão a ver e entender o mundo e o que se passa ao seu redor, podendo ter uma vida normal como a de pessoas ouvintes. O ensino deve ocorrer, ainda que existam desafios, com garantia de oportunidades igual ao do aluno ouvinte. Assim, é preciso repensar nas metodologias aplicadas no processo de aprendizagem da escrita por indivíduos surdos. Neste sentido, entre outros, a abordagem educacional, a exploração dos recursos didáticos, a comunicação visual e o preparo do educador são pilares fundamentais para um trabalho tão importante e rico como é o ensino e a aprendizagem da escrita dos surdos.

Palavras-chave: Escrita; Surdez; Bilinguismo; Estratégias Didáticas.

ABSTRACT

The possibility of learning the writing of deaf students through didactic strategies is the argument of this article. Beginning the reflections regarding the challenges and what it represents for the deaf to literacy in another language, sign language. It is well known that when a deaf person writes, he must organize himself in a way quite different from what he is accustomed to in his mother tongue, since he will have to deal with elements that do not make sense to him, as is the case with the phrasal structure itself. Portuguese. The literacy of the deaf is possible, but there is a long and difficult way to go, because once you are literate you will begin to see and understand the world and what is happening around you, and you can have a normal life like that of listening people. Teaching should occur, even if there are challenges, with equal opportunity guarantees for the hearing student. Thus, it is necessary to rethink the methodologies applied in the learning process of writing by deaf individuals. In this sense, among others, the educational approach, the exploitation of didactic resources, visual communication and the preparation of the educator are fundamental pillars for a work as important and rich as the teaching and learning of deaf writing. Keywords: Writing; Deafness; Bilingualism; Didactic Strategies.

Keywords: Writing; Deafness; Bilingualism; Didactic Strategies.

1 INTRODUÇÃO

O ensino da escrita da Língua Portuguesa para surdos é um tema que merece duas reflexões. A primeira é que o ensino da escrita para surdos constitui um grande desafio ao professor de Língua Portuguesa, uma vez que boa parte dos alunos se comunicam através de uma língua que acontece na modalidade sinalizada.

A segunda é que, de acordo com Erika Longone (2016), mestre e especialista em Distúrbios da Comunicação Humana, a aquisição da língua escrita não representa apenas mais uma modalidade da língua como ocorre com o português falado e escrito, em que, mesmo com as apropriações pertinentes de cada modalidade: visual, gestual e espacial, a relação entre o som ouvido e falado, o fonema, assume relação mais direta com a letra escrita, ou grafema. Para tanto, considera-se a questão do letramento.

Letramento é o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita, e que, ao tornar-se letrado, muda seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura. No caso dos surdos, Letramento, enquanto processo, faz sentido se significado por meio da língua de sinais brasileira, a língua usada na escola para aquisição das línguas, para aprender por meio dessa língua e para aprender sobre as línguas. A língua portuguesa, portanto, será a segunda língua da criança surda sendo significada pela criança na sua forma escrita com as suas funções sociais representadas no contexto brasileiro. Nessa perspectiva, caracteriza-se aqui o contexto bilíngue da criança surda (QUADROS, 2006, p. 12).

Considerando as reflexões acima no que diz respeito aos desafios e o que representa para o surdo a alfabetização em uma outra língua, (a língua de sinais), este artigo se dispõe a repensar algumas questões pertinentes ao tema: qual é a metodologia que vem sendo utilizada em sala de aula na educação de alunos surdos? Sabe-se que, quando um surdo escreve, ele precisa organizar-se de um modo absolutamente diferente do qual está habituado em sua língua materna, pois precisará lidar com elementos que não fazem sentido para ele, como é o caso da própria estrutura frasal do português. Assim, quais são as metodologias aplicadas no processo de aprendizagem da escrita por indivíduos surdos?

Pensando nesses pressupostos, esse artigo visa conhecer os procedimentos e estratégias didáticas utilizados no ensino de alunos surdos do Ensino Fundamental. Em função das estratégias, considera-se os seguintes objetivos específicos: i) conhecer e analisar alguns métodos utilizados para ensino de surdos. ii) citar materiais didáticos utilizados nas aulas de

Língua Portuguesa para surdos; iii) descobrir as problemáticas que envolvem o ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa na modalidade escrita dos surdos do Ensino Fundamental.

No sentido de buscar problematizar o ensino/aprendizagem da escrita da Língua Portuguesa dos indivíduos surdos, este artigo se propõe a responder a seguinte questão: considerando a possibilidade do aluno surdo escrever, como se desenvolve o processo do aprender e do fazer através da organização dos movimentos das mãos de quem ensina?

De acordo com Longone (2018), a alfabetização dos surdos é possível, mas há um longo e difícil caminho a percorrer, pois uma vez alfabetizado começarão a ver e entender o mundo e o que se passa ao seu redor, podendo ter uma vida normal como a de pessoas ouvintes. Contudo, o ensino deve ocorrer, ainda que existam desafios, com garantia de oportunidades iguais ao do aluno ouvinte.

Os aspectos a serem analisados com base em estudiosos como Ferreira Brito (1996), Brasil (2001), Quadros e Schimiedt (2006), Moura (1993), Capovilla (2004), Pereira (2009) e Vygostky (1998) servirão para descobrir os métodos mais apropriados para desenvolver o ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita para os surdos, mesmo sendo poucos os estudos encontrados para esse viés. Assim, essa pesquisa contribuirá para a área de conhecimento para a aprendizagem, dando-lhe conhecimento que possa ajudar na educação do surdo.

Para desenvolver esse estudo serão analisados livros e artigos que tratem do tema relacionado. Este artigo baseia-se numa pesquisa bibliográfica que busca conhecer o panorama das formas de ensino da escrita de surdos, alguns métodos e materiais didáticos utilizados nas aulas de Língua Portuguesa para surdos do Ensino Fundamental, as problemáticas que envolvem o ensino/aprendizagem da escrita na Língua Portuguesa dos surdos do Ensino Fundamental e quais formas de ensino os alunos surdos se adequam mais facilmente.

Logo em seguida buscou-se compreender o processo de alfabetização destinado às crianças surdas e o quanto a alfabetização nas escolas bilíngues contribui positivamente para o desenvolvimento social, efetivação da escolarização e profissional do surdo (SOUZA, 2014).

2 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: primeira língua dos alunos surdos

Considerando que, devido à perda auditiva é pela visão que os surdos aprendem é notória a importância da língua de sinais, tanto para quem ensina quanto para quem aprende. A

utilização da língua de sinais vem sendo reconhecida como caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento escolar desses alunos por ser uma língua viva, produto de interação das pessoas que se comunicam não de forma oral, mas visual (SIMPLÍCIO, 2009). Por sua parte, Nepomuceno (2016), reconhece que a língua de sinais, possui riquezas linguísticas, oferece as mesmas possibilidades de constituição de significados, cumpre um papel fundamental na educação dos surdos e não pode ser ignorada pela escola no processo ensino e aprendizagem, pois constitui a base de comunicação.

É interessante notar aqui que tanto em Simplício (2009), quanto em Nepomuceno (2016), existe na língua de sinais um ponto comum: a comunicação para interagir e para ensinar e aprender. Consequentemente é ela o veículo da aprendizagem. Surdez não é empecilho para a aprendizagem, porém há necessidade de prestar atenção à diferença individual dos alunos surdos e de acompanhar de maneira mais individualizada sua aprendizagem. De acordo com Pereira (2014), a língua de sinais é a estrutura para a constituição do conhecimento da Língua Portuguesa. Em outras palavras, o conhecimento de mundo e de língua constituído na língua de sinais dá a base para o aprendizado da Língua Portuguesa pelos alunos surdos.

Para o aluno surdo aprender a Língua Portuguesa sem antes aprender a língua de sinais parece impossível, porque estes sinais são palavras. Portanto, é importante que o aluno chegue à escola trazendo consigo o domínio desta língua para finalmente aprender a Língua Portuguesa, ampliar os seus conhecimentos e sua capacidade de ler e escrever.

Conhecendo o passado da educação dos surdos é possível entender o contexto das línguas dos sinais que foi desenvolvido através do tempo, contrariando a ideia de que esses indivíduos não estavam aptos para aprender, conforme se vê a seguir.

Até o século XV os surdos eram mundialmente considerados como ineducáveis. A partir do século XVI, com as mudanças nessa visão acontecendo na Europa, essa ideia foi sendo deixada de lado. Teve início a luta pela educação dos surdos, na qual ficou marcada a atuação de um surdo francês, chamado Eduard Huet (BOGAS, S/D).

Huet era surdo e foi o fundador do Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro. A sua didática adotou modelos de aprendizagem com o uso de língua de sinais. Valorizados, os surdos responderam satisfatoriamente de tal forma que, três anos após, ele apresentou ao público uma turma de sete alunos, todos eles capazes e alfabetizados seja na língua de sinais, seja em português (CORAZZA, 1997).

Em 1857, Huet veio ao Brasil a convite de D. Pedro II para fundar a primeira escola para surdos do país, chamada na época de Imperial Instituto de Surdos Mudos. Com o passar

do tempo, o termo “surdo-mudo” saiu de uso por ser incorreto, mas a escola seguiu forte e funciona até hoje, com o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos – o famoso INES (BOGAS, S/D).

Pode-se, assim, verificar, o esforço de Huet em provar que é possível sim, o indivíduo surdo desenvolver habilidades de comunicação no difícil, mas fascinante exercício de pensar, fazer e vivenciar a língua gestual. É interessante notar nessa caminhada do surdo francês o seu compromisso com a comunidade surda, ajudando-a a acionar os dispositivos adequados para dar partida à nova experiência saindo de uma situação atual para a realização do que se pretendia coletivamente, ou seja, provar que a comunidade surda pode se comunicar e são educáveis. A língua de sinais foi uma conquista que se somou a outras conquistas mais atuais, assim que passou para o campo da legislação. Leis buscaram regulamentar aspectos da língua de sinais para difundir seu uso e garantir os direitos à comunidade surda.

Segundo o mesmo autor, a Libras foi criada, então, junto com o INES, a partir de uma mistura entre a Língua Francesa de Sinais e de gestos já utilizados pelos surdos brasileiros. Ela foi ganhando espaço pouco a pouco, mas sofreu uma grande derrota em 1880. O congresso sobre surdez em Milão proibiu o uso das línguas de sinais no mundo, acreditando que a leitura labial era a melhor forma de comunicação para os surdos. Isso não fez com que eles parassem de se comunicar por sinais, mas atrasou a difusão da língua no país. Com a persistência do uso e uma crescente busca por legitimidade da língua de sinais, a Libras voltou a ser aceita. A luta pelo reconhecimento dessa língua, no entanto, não parou. Em 1993 uma nova batalha começou, com um projeto de lei que buscava regulamentar o idioma no país. Quase dez anos depois, em 2002, a Língua Brasileira de Sinais foi finalmente reconhecida como uma língua oficial do Brasil.

- 2004: Lei que determina o uso de recursos visuais e legendas nas propagandas oficiais do governo;
- 2008: Instituído o Dia Nacional do Surdo, comemorado em 26 de setembro, considerado o mês dos surdos;
- 2010: Foi regulamentada a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras;
- 2015: Publicação da Lei Brasileira de Inclusão (ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), que trata da acessibilidade em áreas como educação, saúde, lazer, cultura, trabalho etc.;
- 2016: Anatel publica resolução com as regras para o atendimento das pessoas com deficiência por parte das empresas de telecomunicações.

De certo que leis e recomendações desempenham um papel fundamental para a regulamentação dos direitos dos indivíduos surdos. Através delas, o leque de possibilidades se abriu. De acordo com Pereira (2010), o uso da língua de sinais contribuiu em muito para a aprendizagem dos alunos surdos, já que, por ser visual-espacial, não oferece dificuldades para ser adquirida. Por meio dela, observou-se a ampliação do conhecimento de mundo e do conteúdo escolar e, para os surdos, filhos de pais ouvintes, abriu-se a possibilidade de aquisição de uma primeira língua. No entanto, apesar dos efeitos positivos do uso da Língua Brasileira de Sinais na ampliação do conhecimento de mundo e de língua, não se observaram resultados significativos na compreensão e uso da Língua Portuguesa, o que reforçou a ideia de que é a surdez a responsável pelas dificuldades que os surdos apresentam na língua portuguesa. Assim, tem-se um erro comum:

tentar "oralizar" a criança surda - mesmo as que possuem resquícios de audição. O ideal é que todos dominem Libras para então aprender uma segunda língua, que é a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita. A tentativa de oralização prejudica o desenvolvimento, pois impede que a criança aprenda tanto a Língua Portuguesa falada quanto a Libras (NADAL, 2010).

A autora citada traz um outro elemento que pode impedir a criança surda de aprender línguas: a oralização. Entretanto, surdos oralizados existem e aprendem a Língua Portuguesa. São indivíduos que de alguma forma leem lábios, podem até falar, dominam o português escrito e usam a tecnologia para voltar a ouvir.

Para um trabalho mais produtivo, é interessante considerar os interesses e as necessidades dos surdos oralizados:

“Os surdos oralizados, em geral, não costumam ter muito interesse pela língua de sinais, porque a língua que se tornou natural é o idioma comum, no caso do Brasil, o português. Quando um surdo fala português oral e Libras, é chamado de bilíngue ou bimodal. Não adianta deduzir que todo deficiente auditivo sabe a língua de sinais e achar que basta por si só. Um surdo oralizado dificilmente vai entender uma janela com interprete de Libras na televisão, uma vez que não domina esse idioma. Um surdo oralizado precisa de legenda, porque geralmente tem facilidade de leitura e tem o português como base linguística. Um surdo oralizado não quer um intérprete de Libras numa palestra (a alternativa seria um intérprete oralista, que traduza o que é falado, mas oralmente), mas quer sentar numa posição que lhe dê boa visibilidade do palestrante. Um surdo oralizado quer apenas um pouco de paciência e boa vontade do interlocutor, para falar com calma e de forma natural, sempre virado pra ele” (LOBATO, 2011, p. 45).

Neste exemplo de surdo oralizado, o idioma comum é o português e há prova inequívoca que é possível aprender a Língua Portuguesa sem aprender a língua de sinais, porque este

desenvolveu outras formas de comunicação: a habilidade da fala e o dinamismo na leitura labial. Aliás, o surdo oralizado não tem muito interesse pela língua de sinais para se comunicar. Bem como, não se deve generalizar que todo surdo não sabe falar. O que é fato é que a surdez é uma deficiência auditiva caracterizada pela perda total ou parcial dos sons.

3 A LÍNGUA PORTUGUESA: segunda língua dos alunos surdos

Seguindo a proposta de reflexão, esta seção se dispõe a esclarecer aspectos do ensino da Língua Portuguesa aos surdos.

Há um grande debate, entre os estudiosos da área, quanto ao aprendizado da primeira língua e da segunda língua pelos surdos, pois alguns defendem que estes deveriam aprender primeiro a língua do país, a Língua Portuguesa; enquanto outros defendem o contrário, a primeira língua seja a Libras e a segunda a Língua Portuguesa. São duas línguas com modalidades diferentes, uma oral-auditiva e outra visual-espacial (STUMPF, 2001, p. 125). Assim, surge a questão: como ensinar o português para crianças surdas?

A abordagem educacional por meio do bilinguismo procura capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, através da comunicação na Língua de Sinais e na escrita da Língua Portuguesa (STUMPF, 2001, p. 373).

Por algum tempo, no Brasil, predominou na educação de surdos, a abordagem oralista, segundo a qual o ensino e a aprendizagem se davam exclusivamente por meio da Língua Portuguesa na modalidade oral. Predominava a concepção de língua como código, ou seja, como um conjunto de regras que os alunos deveriam aprender para entendê-la e usá-la bem. Diferentemente dos ouvintes, os alunos surdos chegam à escola com, no máximo, fragmentos da Língua Portuguesa, cabendo ao professor conduzir os alunos no aprendizado dessa língua. A língua de sinais era proibida e os alunos tinham que recorrer à leitura orofacial e aos restos auditivos. Embora alguns conseguissem adquirir a Língua Portuguesa, a maioria adquiria apenas fragmentos dela. Pouca familiaridade com a Língua Portuguesa resultou em alunos que não entendiam o que liam e que apresentavam dificuldades acentuadas na escrita. Essas dificuldades eram tão semelhantes entre os surdos que passaram a ser atribuídas à surdez. Como consequência, eles foram considerados incapazes de compreender e de produzir textos na Língua Portuguesa (PEREIRA, 2010).

Observa-se que, historicamente, as concepções desenvolvidas sobre a educação de pessoas com surdez se fundamentaram na abordagem oralista como única possibilidade

linguística pautada no uso da voz e na leitura labial e, assim, a educação de surdos foi prejudicada e as inteligências prejudicadas. Essa visão e procedimentos vêm mudando do ponto de vista educacional, pois muitas são as garantias do cidadão no que se refere à educação nacional. E quando se trata de educação especial, os direitos são garantidos por legislação específica, sendo importante conhecer essas mudanças.

3.1 Decreto Federal nº 5.626 e o Direito à Aprendizagem Bilíngue

Com a aprovação do Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, vêm ocorrendo mudanças significativas na educação dos surdos. Este Decreto estabeleceu, entre outros assuntos, a obrigatoriedade das escolas possibilitarem aos alunos surdos uma educação bilíngue, na qual a Língua Brasileira de Sinais é a primeira língua e a Língua Portuguesa é a segunda, trazendo a língua de sinais para a educação depois de quase cem anos de proibição (PEREIRA, 2010).

Conforme já visto nesta pesquisa, no Brasil, a primeira língua para os surdos é a Língua Brasileira de Sinais – Libras e a segunda é a Língua Portuguesa, utilizando, desse modo, aspectos do bilinguismo.

As diferentes formas de proporcionar uma educação bilíngue a uma criança em uma escola dependem de decisões político-pedagógicas. Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngue, a escola está assumindo uma política linguística em que duas línguas passarão a co-existir no espaço escolar, além disso, também será definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções que cada língua irá representar no ambiente escolar. Pedagogicamente, a escola vai pensar em como estas línguas estarão acessíveis às crianças, além de desenvolver as demais atividades escolares. As línguas podem estar permeando as atividades escolares ou serem objetos de estudo em horários específicos dependendo da proposta da escola. Isso vai depender de como, onde, quando e de que forma as crianças utilizam as línguas na escola. Esse fator, provavelmente, será influenciado pelas funções que as línguas desempenham fora da escola (QUADROS, 1996, pág. 18).

Com a aprovação do decreto, os alunos surdos passaram a ter direito a um aprendizado bilíngue, ou seja, a aprenderem a língua de sinais e a modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua.

Machado (2015), faz algumas considerações concernente à dificuldade de um surdo para escrever em português.

“Se para nós, ouvintes, que temos a referência visual parece difícil construir uma frase em Libras, imaginemos o tamanho da dificuldade que um surdo pode enfrentar para escrever em português, sem a referência oral auditiva, ponto chave da língua portuguesa. Sabemos que escrever não é uma tarefa das mais fáceis, pois foge ao princípio do prazer, nos tirando da famosa “zona de conforto”. Afinal, escrever é pensar, organizar as ideias, estruturar o texto. Se escrever em sua língua materna é um desafio, escrever em uma língua cheia de segredos e repleta da ausência de sentidos pode ser uma experiência terrível. Diante desse cenário, passamos a compreender que, quando um surdo escreve, ele precisa organizar-se de um modo absolutamente diferente do qual está habituado em sua língua materna, pois precisará lidar com elementos que não fazem sentido para ele, como é o caso da própria estrutura frasal do português”.

Tudo isso remete à ideia de que aprender a escrever exige muito trabalho, um trabalho meticuloso e persistente com a língua, exige acompanhar o aluno surdo de perto. Ensinar a escrever demanda exercício deliberado, planejado e repensado com a linguagem. As particularidades que acompanham o ensino da escrita levam essa pesquisa a pensar no papel e na responsabilidade do que ensina e a disponibilidade da parte dos que aprendem, no caso, os surdos.

É difícil aprender a escrever devido às variáveis importantes na determinação da dificuldade do processo de aprendizagem da escrita. Segundo Kato (1999, pág. 136), algumas dessas variáveis têm a ver com o aprendiz (seus antecedentes sociais e sua experiência com linguagens), tem a ver com a natureza do objeto e as exigências da tarefa de ler e escrever e, finalmente, tem a ver com o professor (suas expectativas e metas).

3.2 Surdos: aprendendo a escrever a Língua Portuguesa

O pressuposto desse artigo é o de entender como introduzir o indivíduo surdo no mundo da escrita. De acordo com Souza (2007), um sujeito capaz de fazer uso da linguagem escrita para sua necessidade individual é de crescer cognitivamente e de atender as demandas de uma sociedade que prestigia esse tipo de linguagem como um dos instrumentos de comunicação. Assim, essa seção traz algumas considerações sobre a natureza da linguagem escrita, o que fazemos quando escrevemos e por que é difícil aprender a ler e a escrever, a fim de entender como os surdos aprendem a escrever a língua portuguesa.

3.2.1 O Processo da Escrita

Uma surdez ou uma deficiência auditiva é qualquer alteração produzida tanto no órgão da audição como na via auditiva, portanto, o sujeito surdo não assimila nada ou praticamente nada pelo canal auditivo (BRITO 1996). A questão é: por onde é processado todo conhecimento para a aquisição de vocabulário e o desenvolvimento da escrita?

Segundo Streiechen e Krause-Lemke (1984), a única forma que o surdo tem para aprender as palavras é pelos olhos, mas os olhos não distinguem os sons. Como ele não conhece os sons das palavras, não sabe como pronunciá-las. As palavras que existem em sua mente são aquelas poucas que ele visualizou em sua forma escrita (se ele já foi alfabetizado na Língua Portuguesa). Para uma pessoa ouvinte ocorre mentalmente a “visualização” da palavra escrita e sua associação com o som que as sílabas isoladas e agora reunidas representam. Ao reler a palavra, imagina-se o som e seu significado. No processo de escrita o aluno surdo tenta buscar em seu “arquivo mental” imagens que se relacionam com o que está lendo, mas certamente não encontrará todas as imagens de que precisa. Fica fácil imaginar essa situação na analogia de que o surdo não vê uma palavra, mas sim uma espécie de desenho.

Com o surdo não há essa associação, pois ele tenta associar o sinal a uma imagem. Assim, como não há comunicação por meio da oralidade, mas por meio de sinais visuais, ao sinalizar uma palavra que ele não está acostumado a usar e pedir para que a escreva, terá muita dificuldade (como erros de grafia) ou poderá não saber escrevê-la. Uma palavra escrita para o surdo nada mais é do que um simples desenho e ele não consegue associá-la a nenhum tipo de som pelo simples fato de nunca ter ouvido (PERLIN, 2006).

Todo esse trabalho promove o exercício da compreensão da imagem através da exploração para alguém que não ouve. Mas é bom considerar que outros elementos podem interferir na compreensão das atividades: as situações de aprendizagem devem estar de acordo com a maturidade, interesses, experiências e vocabulário de cada criança surda; as experiências anteriores podem determinar uma predisposição negativa ou positiva em relação ao que se ensina. Por exemplo: vocabulário desconhecido pode prejudicar a compreensão e os valores em relação ao assunto determinam boa ou má receptividade.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1985), a criança passa por etapas durante o processo de aquisição da escrita, sendo caracterizados quatro grandes níveis: pré-silábico, silábico, silábico alfabético e alfabético. No caso do aluno surdo também se desenvolverá nesses quatro grandes níveis, porém, ele se apoiará na linguagem de sinais.

Nascimento (2010, p. 21 e 22) defende um ensino instrumental da LP para surdos. De acordo com a autora, o ensino de L2 contempla o desenvolvimento das quatro habilidades

linguísticas: fala, audição, leitura e a escrita, as quais podem ser desenvolvidas concomitante ou separadamente. Esse método de ensino a surdos, enfoca no ensino de L2 duas habilidades: a leitura (compreensiva) e a escrita, por considerar que essas duas habilidades cumpriram seu papel social para os surdos, conferindo-lhes a fluência necessária na LP, uma vez que o registro escrito da língua substitui a audição e a leitura visual, com os olhos, substitui a fala.

Uma das características contemplada nesse método fornece um subsídio de como o material didático para alunos surdos deverá ser produzido. Conforme a autora, “uma vez que os surdos são sujeitos visuais, será aproveitado no ensino de português como língua segunda todo o tipo de estratégia visual que possa vir a contribuir para a leitura e a escrita” (NASCIMENTO, 2010, p. 22).

A capacidade de simbolização do homem começa por uma representação de primeira ordem, isto é, figuras representando coisas, para só mais tarde atingir uma etapa em que representa a fala, já em uma simbolização de segunda ordem. No trajeto entre essa primeira fase até a escrita alfabética, o homem vai tomando consciência das várias unidades linguísticas: palavra, sílaba e som. Embora, a escrita alfabética tenha sido concebida para representar a fala, ela não chega a ser fonética. Assim, a análise do que ocorre no sistema ortográfico do português, revelou que nossa escrita é ainda essencialmente fonêmica e tem uma natureza parcialmente ideográfica, pois sua regularidade ortográfica pode ser regida por coerência lexical (KATO, 1999, pág. 19).

O que fazemos quando escrevemos? Nas palavras de Gutschinsky apud KATO, (1999, p.82), “Uma pessoa é alfabetizada ou letrada se, na língua que ela fala, ela pode ler e compreender tudo o que ela compreenderia se a mesma coisa lhe fosse dita oralmente e ela puder escrever tudo aquilo que ela pode falar”. Essa colocação enfatiza a equivalência entre fala e escrita.

Respondendo a pergunta do parágrafo anterior, Kato (1999), ressalta alguns pontos importantes:

- a) Fazemos várias coisas, porém de maneira planejada e coordenada.
- b) Quando escrevemos, sofremos restrições de naturezas: restrições do contexto da tarefa, restrições de memórias, restrições formais-prescritivas.

Assim, segundo Kato, para muitos educadores, o que causa problemas mais sérios na alfabetização e na pós-alfabetização é a distância entre a fala do aprendiz e a norma escrita usada nos textos escolares (1999, pág. 122).

No caso dos alunos surdos, o que causa problemas mais sérios na alfabetização e na pós-alfabetização pode ser a adoção de uma ou de outra concepção das práticas pedagógicas, ou ainda metodologias de ensino que não estimulem vivências que propiciem condições essenciais da aprendizagem dos alunos com surdez, entre outros.

É evidente também que a bagagem cognitiva que a criança traz quando entra para a escola, é um fator importante na determinação do seu sucesso ou insucesso escolar. Seu desenvolvimento linguístico na língua em que vai ser alfabetizada também tem sido tomado como um dos fatores essenciais na alfabetização.

No trajeto entre a fala e a escrita alfabética ocorre a conscientização das unidades linguísticas (palavra, sílabas e som) e no sistema ortográfico do português, a nossa escrita é essencialmente fonêmica e parcialmente ideográfica, ou seja, um sistema de escrita que se manifesta através de “ideogramas”: símbolo gráfico ou desenho (signos pictóricos) formando caracteres separados e representando objetos, ideias ou palavras completas, associados aos sons com que tais objetos ou ideias são nomeados no respectivo idioma (IPHAN, 2014). Considerando o fato de que os surdos diferem dos ouvintes por um único e simples fato de não poderem se comunicar através da audição e que o processo de aquisição de escrita em português por eles requer a intervenção da língua de sinais, como os indivíduos surdos aprendem a escrever?

Ferreira Brito, afirma que “português escrito pode ser plenamente adquirido pelo surdo, se a metodologia recorrer às estratégias visuais, essencialmente à Libras, não enfatizando a relação letra-som, e se essas estratégias forem similares àquelas utilizadas no ensino de segunda língua” (1996, pág. 45).

Infere-se que, indivíduos surdos aprendem a escrever por meio de estratégias visuais. São métodos que não se preocupam em desenvolver as capacidades vocais, mas visam as capacidades de escrita e leitura. Retomando o conceito, a Libras utiliza o canal visual-espacial, articulação das mãos, expressões faciais e do corpo, para estabelecer a sua estrutura, portanto, é mais complexo aprender a escrever via oralização pois pode trazer para o aluno surdo muita confusão na leitura labial das palavras “curso” e “uso” “casa” e “asa”, por exemplo, considerando que ele lê com os olhos.

Segundo Souza (2014), crianças surdas e ouvintes aprendem a língua de forma semelhante e num mesmo espaço de tempo. No entanto, é certo que há diferenças individuais encontradas nos tipos de palavras que as crianças pronunciam ou sinalizam. Mas, como ocorre a aquisição da Língua Portuguesa? Segundo o mesmo, através de associações entre figuras e

seus signos linguísticos (em Língua de Sinais) e posteriormente é feita a associação dos mesmos com a representação escrita do signo linguístico.

De acordo com Santos, Guedes e Melo (2010), o desenvolvimento do sujeito surdo é amparado pela sua característica linguística. A linguagem sem escrita própria é passageira, menos precisa, depende do momento, do lugar, de quem comunica e da memória. A escrita é a representação de um sistema primário que é, em geral, a fala. As pessoas ouvintes têm facilidade de aprender porque copiam os fonemas. As pessoas surdas que se comunicam por sinais também precisam representar pela escrita a fala própria delas que é viso-espacial. Quando as pessoas conseguem aprender uma escrita que é representação de sua língua natural amadurecem e melhoram todo o seu desenvolvimento cognitivo.

Claramente que, a aprendizagem da Língua Portuguesa não pode ser transmitida da mesma forma a crianças ouvintes e a crianças não ouvintes. Coisas que são ditas na língua de sinais não são ditas usando o mesmo tipo de construção gramatical na língua portuguesa, pois a escrita da língua de sinais não é alfabética e o surdo, ao escrever não usa as regras gramaticais do português.

É importante entender que a Língua Portuguesa é uma segunda língua para a comunidade surda, daí não esperar, nunca, do aluno surdo o mesmo grau de complexidade exigido do aluno ouvinte, assim, é preciso ter consciência que os parâmetros do desempenho linguístico, nomeadamente, na modalidade escrita terão que ser diferentes, contudo, o ensino da leitura e da escrita para os alunos surdos não necessita de ser diferente do que aqueles que existem para os alunos ouvintes, afinal, em ambos os casos a iniciação à leitura e escrita começa, primeiramente, pelo ensino das palavras e, posteriormente, passa para a utilização destas respectivas palavras em frases simples e aos poucos vai avançando para frases, cada vez mais, complexas, até, obviamente, chegar à construção de textos (PORTAL DAS CURIOSIDADES, S/D)

Diante dessas informações, considera-se fundamental que o aluno surdo inicie o seu processo de escrita com base na visão-gestual para elaborarem a sua relação com a escrita.

4 ENSINANDO OS SURDOS A ESCREVER A LÍNGUA PORTUGUESA

O foco dessa seção não é apresentar o melhor método, e sim o que vem sendo abordado na literatura existente sobre a alfabetização dos alunos surdos. Para atender os objetivos dessa

pesquisa, dois elementos serão aqui considerados: os métodos utilizados para ensino de surdos e os materiais didáticos utilizados nas aulas de Língua Portuguesa para surdos.

4.1 Procedimentos e Estratégias Didáticas

Uma das implicações da surdez na aprendizagem da escrita alfabética é a dificuldade de a criança estabelecer a relação grafema/fonema de forma natural como a criança ouvinte. É consenso entre os estudiosos que novos métodos didáticos precisam ser adotados na alfabetização dessas crianças, principalmente a partir do envolvimento da Libras para compreensão da Língua Portuguesa escrita e seus usos. Conseqüentemente, os materiais didáticos tornam o aprendizado um ato contínuo, desenvolvido a partir de materiais de apoio ao ensino, os quais estabelecem correspondência à prática e dão significado ao conteúdo. É certo que a alfabetização da escrita em geral é um processo lento, muito objetivo, pois os métodos variam de acordo com cada necessidade do aluno (BRITO, 1996).

Assim, quais os métodos e os materiais didáticos mais comuns para a alfabetização de surdos?

A sala de aula dos anos iniciais do ensino fundamental deve estimular o gosto pela escrita e pela leitura. Para tanto, os professores fixam cartazes nas paredes com o alfabeto, cantigas de rodas e parlendas, sempre muito coloridos e com várias imagens, tornando o ambiente alegre e agradável. Em muitos casos, observa-se a presença dos “cantinhos”, ou seja, locais preparados para determinadas atividades da rotina da classe. Um dos cantinhos é o da leitura, cujo espaço deve “dispor, nos ciclos iniciais, de um acervo de classe com livros e outros materiais de leitura” (BRASIL, 2001, pág. 43). Logo, o livro de histórias infantis torna-se o protagonista desse espaço.

De acordo com Quadros e Schmieidt (2006), não importa se a criança é surda ou ouvinte, a contação de histórias é um dos fatores fundamentais em sua educação e estimula a leitura e a escrita. Entretanto, o acesso não deve ser facilitado apenas para histórias escritas em língua portuguesa e traduzidas para a Libras, mas também para histórias produzidas por surdos e para surdos. Para Quadros (2006), a comunidade surda tem como característica a produção de estórias espontâneas, de contos e de piadas que passam de geração em geração relatadas por contadores de estórias em encontros informais, normalmente em associações de surdos. Pensando na alfabetização, tal material é fundamental para esse processo se estabelecer

Um outro procedimento é a exploração da arte na Língua de Sinais, por meio de produção de histórias usando o alfabeto manual, números, configurações específicas das mãos;

histórias sobre pessoas surdas e pessoas ouvintes. Também pode ser utilizado o relato de histórias, contos e fábulas explorando jogos de posições do corpo e direção dos olhos para estabelecimento de personagens (QUADROS e SCHMIEDT, 2006, p. 58).

Entende-se que, esses elementos didáticos são fundamentais no trabalho da alfabetização de indivíduos surdos através da arte, levando-os ao mundo da criatividade, dos sonhos e do imaginário. Aliás, desde as origens, a contação de histórias aparece ligada a função essencial: atuar sobre as mentes.

A professora tem que mostrar figuras e em seguida mostrar os sinais. A alfabetização e o letramento do indivíduo surdo são através da memorização: a professora mostra a figura e mostra o sinal, e dessa forma o aluno surdo vai aprendendo e memorizando o alfabeto, e todas as imagens que a professora mostra, para que ele possa viver em sociedade e aprender tudo que criança ouvinte aprende nas escolas e pelo mundo a fora (MOURA, 1993 p. 22). A professora e alfabetizadora Elena Soczek (2016), sugere o trabalho de alfabetização de surdos na língua portuguesa escrita através de um bingo. Confeccionar um “Bingo”, na cartela colocando letras, no “sorteio” e mostrando com gestos. Segue-se o Lince de letras: colocar as letras do alfabeto espalhadas em uma folha e solicitar que entre 5 palavras que você fará em LIBRAS. Depois mais cinco e assim por diante; Pegar imagens que representem as palavras escritas, embaralhar e pedir para que ele coloque a imagem ao lado da escrita correta correspondente; Fazer uma cartela (pode ser a do bingo) com letras sortidas e pedir para que coloque as figuras dos gestos em cima delas.

Capovilla (2004) concorda que é a partir do uso de materiais didáticos em Língua Portuguesa, aliados ao recurso da Libras, que o alunado surdo será capaz de adquirir o conhecimento de mundo e o desenvolvimento de um amplo léxico semântico, amparado nos sinais da Libras. Outros exemplos práticos de atividades podem ser feitos em sala de aula para apoio no ensino de surdos, como:

- Caixas com figuras diversas, contendo os respectivos nomes, que é um método usado para apresentar palavras novas, relacionar sinais feitos pelas crianças às imagens e palavras correspondentes;
- Caixa de gravuras, usada para guardar gravuras visualmente atrativas e ricas em informações, com o intuito de desenvolver a criatividade, explorar o pensamento e estimular a produção escrita; caixa de verbos, útil no trabalho de produção textual, já que auxilia a criança surda a expressar com clareza o seu pensamento na escrita, pode ser usada em mímicas, competições e inspiração para textos;

- Caixa com histórias em sequência, que abriga contos em sequência de cenas, podendo ser utilizada para montar minilivros, frases e textos. O diário coletivo é um recurso para incentivar as crianças surdas a expressarem suas reflexões, além de estimular a produção escrita; o mural Libras/Português, produzido para expor fichas que serão trocadas ao longo do ano, tem como objetivo ajudar a fixar palavras ou expressões em português.

Outras estratégias são citadas por Pereira (2009) como, por exemplo:

- O uso de figuras com as palavras escritas, já que o surdo é um sujeito visual, o auxílio de figuras facilita sua aprendizagem;

- E, a utilização de vídeos, objetos, entre outros.

Identificação, organização e produção de materiais didáticos acessíveis a serem utilizados para ilustrar as aulas na sala de aula, além de estratégias de dramatização, pantomima e outras ajudam a contribuir com a construção de diferentes conceitos. Os materiais didáticos são essenciais, uma vez que a língua de instrução é Libras. Portanto, as salas de recursos multifuncionais devem ter muitos materiais visuais dispostos em murais, livros, painéis, fotos sobre os conteúdos e outros. A produção desses recursos, pelos professores e alunos surdos é primordial para a compreensão dos conteúdos curriculares em Libras, enriquecendo a aula e tornando-os mais atraentes e representativos. (BRITO, 1996)

As atividades lúdicas também têm seu espaço na alfabetização de indivíduos surdos. A luta para abandonar os velhos métodos, que tratavam e ainda tratam o aprendizado da escrita alfabética como uma atividade mecânica e repetitiva, limitada à cópia e à memorização ainda continua.

Para propiciar o acesso aos aspectos formais da Libras por meio de atividades lúdicas, Quadros e Shmidiedt (2006), dizem que

podem ser explorados, entre outros, os seguintes aspectos: uso de alfabeto manual, de apenas uma mão, de ambas as mãos com a mesma configuração ou com configuração diferente; uso de movimentos simétricos e alternados; exploração de pontos de articulação dentro do espaço de sinalização.

Vygotsky (1998), afirma que, através do brinquedo a criança surda aprende a atuar numa esfera cognitiva que depende de motivações internas. Na educação infantil ocorre uma diferenciação entre os campos de significado e da visão. O pensamento que antes era determinado pelos objetos do exterior passa a ser regido pelas ideias.

É por meio do brinquedo que a criança surda atuará com significados desligados dos objetos e ações aos quais estão habitualmente vinculados. Contudo, uma contradição muito

interessante surge, uma vez que no brinquedo ela inclui, também, ações reais e objetos reais. Isso caracteriza a natureza de transição da atividade do brinquedo: é um estágio entre as restrições puramente situacionais da primeira infância e o pensamento adulto, que pode ser totalmente desvinculado das situações reais.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados encontrados no presente artigo sugerem que o trabalho do ensino e da aprendizagem da modalidade escrita dos surdos é complexo e exige competências e prática do educador. A modalidade escrita exige conhecimentos das línguas de sinais, cujos aspectos a considerar é que elas utilizam a modalidade visual e espacial, muito diferente da modalidade oral e auditiva. Isso indica que, quem ensina precisa ter estratégias e mecanismos, a fim de facilitar o conhecimento do outro, no caso o surdo; por outro lado, os sujeitos surdos que aprendem têm seus conhecimentos e suas possibilidades de comunicação praticamente restritos ao uso da língua de sinais.

É possível perceber que o trabalho de ensino e aprendizagem da modalidade escrita dos surdos além de ser complexo é penoso. A realidade pode não ser o que se espera da escola e o que nela está acontecendo com currículos inadequados e professores inexperientes. Infelizmente, é uma minoria de pessoas ouvintes que conhecem e sabem se comunicar por meio da língua de sinais. São questões que não podem ser ignoradas, pois elas podem aumentar os entraves existentes na aquisição da leitura e da escrita dos surdos.

É possível afirmar, nesse sentido, que a formação de professores de surdos é uma garantia de atendimento; recursos visuais são úteis para estimular e dirigir a aprendizagem, mas exige conhecimento e planejamento sério e responsável por parte do educador.

6 CONCLUSÃO

Neste artigo ficou evidente a necessidade de estratégias didáticas para o ensino e a aprendizagem da escrita dos alunos portadores da surdez. Considerando os objetivos dessa pesquisa que é conhecer os procedimentos e estratégias didáticas utilizados na modalidade escrita de alunos surdos do Ensino Fundamental, conhecer e analisar alguns métodos utilizados e descobrir as problemáticas que envolvem o ensino/aprendizagem desta modalidade por meio de Libras e da Língua Portuguesa, depreende-se destacando o que se segue quanto ao

bilinguismo, a possibilidade da aprendizagem escrita por meio da língua de sinais e da Língua Portuguesa, a importância dos recursos didáticos na aprendizagem da escrita e as dificuldades reais que podem interferir na aquisição da escrita.

A abordagem educacional por meio do bilinguismo visa a capacitação para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social que são: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte. Na modalidade oral, o uso do português sinalizado desfigura a rica estrutura da língua de sinais, cujo processo de derivação lexical tende a ser descartado. Entende-se que, na abordagem bilíngue, a Libras e a Língua Portuguesa, quando ensinadas no âmbito escolar, devem ser tomadas em seus aspectos formais envolvendo a fonologia, morfologia, sintaxe, léxico e semântica e as práticas de sala de aula devem ser articuladas por procedimentos didáticos de ensino e aprendizagem que visem estimular vivências que levem o aluno a aprender.

É preciso reconhecer a possibilidade que a língua de sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente escrita, tenham lugar de destaque na escolarização dos alunos com surdez. Esses alunos, não podem ser reduzidos ao chamado mundo surdo, pois cada um deles é capaz de desenvolver e adquirir não somente os processos visuais-gestuais, mas também de leitura e escrita, e até de fala. Ver, no caso deles, é uma forma básica da aprendizagem da modalidade escrita. O que é visto e sinalizado tem acentuada influência sobre o desenvolvimento dessa aprendizagem, pois o ensino, em sua expressão máxima, consiste em estimular e dirigir o conhecimento. Assim, aquilo que o aluno surdo vê constitui o principal fator no trabalho da esfera cognitiva.

Recursos gráficos, por exemplo, constituem instrumentos auxiliares excelentes. A maior força de muitas técnicas visuais está no fato de proporcionarem experiências imediatas, úteis e interessantes, que podem servir de base para o trabalho mais eficiente com a escrita. Acreditamos que o resultado consistirá em maior interesse, melhor compreensão, melhor participação, fatores essenciais para o aumento de retenção na escola.

Por meio de estratégias didáticas são encontradas muitas oportunidades para desenvolver as habilidades de comunicação e escrita. São situações que tendem a provocar no aluno surdo o desejo de ver seu pensamento expresso por escrito, e, assim, relacionar o que se vê ao escrever.

Estamos certos de que o trabalho de desenvolvimento da modalidade escrita dos alunos surdos é muito complexo; é grande a necessidade de professores com formação bilíngue adequada, conseqüentemente, faltam profissionais que dominam estratégias e recursos

específicos; em grande parte do nosso país, as escolas não são escolas para surdos, portanto falta aos surdos oportunidades de maior comunicação e participação, pois a interação entre surdos e pessoas que desconhecem esses mecanismos fica prejudicada, bem como, os alunos surdos não conseguem avançar em termos educacionais. Enfim, a modalidade da escrita desses alunos exige muita competência metodológica.

A permanente tarefa do professor do alunado surdo compreende dois conceitos básicos: o primeiro refere-se a compreensão que o educador tem da condição atual do educando; segundo, envolve a natureza de vários materiais e dispositivos de comunicação visual e sua relação com a aprendizagem.

Que essa reflexão se amplie, abrindo caminhos para o intercâmbio de ideias, contribuindo para sensibilizar a sociedade em relação às necessidades educacionais do surdo, o que supõe respeitar sua situação, propor projetos e ações educacionais, desenvolver tecnologias que venham atender as suas necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

BOGAS, João Vítor. **A História da Libras, a Língua Brasileira de Sinais**. Disponível em <http://blog.handtalk.me/historia-lingua-de-sinais/> Acesso em 22 de jan de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** (2001). Brasília, 2001.

CORAZZA, Sandra Mara. **Planejamento de Ensino como Estratégia de Política Cultural**. In: MOREIRA, Antônio Flávio B. (Org.). **Currículo: Questões atuais**. Campinas: Papyrus, 1997.

FERREIRA BRITO, L. **Integração Social e Educação de Surdos**. Rio de Janeiro, Babel, 1996.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional). **A História da Escrita**. Disponível em <https://biblioam.wordpress.com/2014/08/22/a-historia-da-escrita/> Acesso em 24 de jan de 2018.

KATO, Mary A. **No Mundo da Escrita – uma perspectiva psicolinguística**. Editora Ática, São Paulo, 1999.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984. A coesão Textual. São Paulo: Contexto, 1989.

LOBATO, Lak. **Surdos Oralizados.** Disponível em <http://acessibilidadenapratica.blogspot.com.br/2011/03/surdos-oralizados.html>. Acesso em 11 de fev de 2018.

LONGONE, Érica. **O Surdo e a Língua Escrita.** Disponível em <https://vidamaislivre.com.br/colunas/o-surdo-e-a-lingua-escrita/> Acesso em 22 de jan de 2018.

_____. **Pontuando a Diferença.** Disponível em <https://vidamaislivre.com.br/colunas/pontuando-a-diferenca/> Acesso em 23 de jan de 2018.

MACHADO, Carla. **Escrita Surda: desafios e possibilidades ao professor de língua portuguesa.** Disponível em <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/escrita-surda-desafios-e-possibilidades-ao-professor-de-lingua-portuguesa/90850/> Acesso em 23 de jan de 2018.

MOURA, M.C. **A Língua de Sinais na Educação da Criança Surda.** São Paulo: Tec Art, 1993.

MOUSINHO, R.; CORREA, J. **Habilidades linguístico-cognitivas em leitores e não-leitores.** Pró-Fono Revista de Atualização Científica, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 113-8, 2009.

NADAL, Paula. **O Desafio de ensinar a Língua Portuguesa a Alunos Surdos.** Disponível em [/novaescola.org.br/conteudo/1533/o-desafio-de-ensinar-lingua-portuguesa-a-alunos-surdos](http://novaescola.org.br/conteudo/1533/o-desafio-de-ensinar-lingua-portuguesa-a-alunos-surdos). Acesso em 10 de fev de 2018.

NASCIMENTO, S. P. F. do. **Português como Língua Segunda para Surdos I.** Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010. 116 p.

NEPOMUCENO, Walsenir Martinha. **A Importância do Ensino de Libras: língua brasileira de sinais no contexto escolar.** Instituto Itard, São Gonçalo do Rio Abaixo, 2016.

PEREIRA, M. C. C. (org.). **Leitura, Escrita e Surdez.** São Paulo, FDE, 2009.

PERLIN, G.T.T. **Identidades Surdas.** In: SKLIAR, C. (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

PORTAL DAS CURIOSIDADES. **Bilinguismo – como se ensina um surdo a ler e a escrever.** Disponível em <http://www.portaldascuriosidades.com/forum/index.php?topic=79107.0> Acesso em 24 de jan. de 2018.

QUADROS, Ronice M. **Ideias para Ensinar Português para Alunos Surdos.** Brasília, MEC, SEESP, 2006

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. **Ideias para Ensinar Português para Alunos Surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SANTOS, Eláine Melo dos; GUEDES, Karla Gisely Maciel; MELO, Aparecida Vieira de. **A Escrita Surda.** Disponível em <https://www.webartigos.com/artigos/a-escrita-dos-surdos/44372> Acesso em 24 de jan. de 2018.

SILVA, Vanessa Souza da. **Letramento e Escolarização: da colônia à década de 1930 do século XX**. Anais do I Encontro de História do Estado Rio de Janeiro (Universidade Federal Fluminense). Niterói: H. P. Comunicações Associados, 2007a.

SIMPLÍCIO, Valéria. **A Importância do Ensino da Libras - Língua Brasileira de Sinais nas Escolas de Ensino Fundamental**. Disponível em www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-ensino-da-libras-lingua-brasileira-de-sinais-nas-escolas-de-ensino-fundamental/25014/ Acesso em 10 de fev de 2018.

SOCZEK, Maria Elena. Como Alfabetizar Surdos na Língua Portuguesa Escrita. Disponível em <http://professoraelena.com.br/como-alfabetizar-surdos-na-lingua-portuguesa-escrita/> Acesso em 15 de abr de 2018.

SOUZA, G. F. **Processo de Alfabetização Bilíngue para Surdos: garantindo direitos, efetivando a educação!** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia, UEPB. Guarabira, 2014.

STUMPF, M. **Aquisição da Escrita de Língua de Sinais**. Letras de Hoje, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.